

Casos Difíceis e Impasses na Adesão ao Tratamento Oncológico Infanto-juvenil – Os Pais De G e a Necessidade da Equipe de Pediatria de Reinventar seu Cuidado

Kassia de Oliveira Martins Siqueira; Ana Beatriz Rocha Bernat; Sima Esther Ferman
Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva - INCA, Rio De Janeiro - Rj - Brasil.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende pensar a importância da singularidade e do acesso às políticas públicas para a adesão ao tratamento oncológico de crianças e adolescentes com câncer, a partir da experiência das autoras em um serviço de oncologia pediátrica de referência.

OBJETIVO

Pensar a importância da atuação do assistente social e do psicólogo na oncologia pediátrica, a partir do acompanhamento longitudinal de um caso clínico caracterizado por situação de pobreza extrema e um quadro de importante sofrimento psíquico dos pais deste menino de seis anos, portador de um rabdomyosarcoma. Foram ocasionados uma série de impasses no seguimento do tratamento prescrito pela equipe assistente, fazendo-se necessárias ações interdisciplinares conjuntas de acesso a políticas públicas e de singularização do cuidado, ou seja, de tensionar os protocolos e procedimentos prescritos com as peculiaridades presente no caso.

METODOLOGIA

Relato de Experiência de um Caso atendido por equipe interdisciplinar e de forma singularizada.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Inicialmente os pais de G recusaram o tratamento oncológico, na medida em que este não fazia sentido para eles. Tornou-se fundamental entender a maneira de cada um expressar o sofrimento diante do adoecimento daquele menino que estava relacionada a uma produção histórica e social. Desse modo, tal recusa deixa de ser vista pela equipe assistente como “culpa” da família, sendo compreendida como relacionada às maneiras como as famílias estão entendendo o adoecimento, o hospital, a equipe de saúde e o tratamento oncológico. Quanto ao acesso da família de G às políticas públicas, ocorreu com muitas dificuldades, seja por um entrave das políticas, seja pela vulnerabilidade da família. A família de G. viu-se imersa em inúmeras negociações e reorganizações, tendo nas funções paterna e materna seu único lugar de reconhecimento enquanto cidadãos e meio de prover sua subsistência, não dispendo de outros recursos e de apoio de outros familiares. Entendemos que o cuidado à criança ou ao adolescente e sua família deve ser feito de modo interdisciplinar, considerando a relevância tanto do acesso às políticas públicas quanto da aceitação das diferenças das famílias. Somente assim será possível construir as pontes necessárias à adesão ao tratamento oncológico pediátrico e minimizar o impacto negativo dos julgamentos morais que nos impedem de entrar em contato com a dura realidade de certas famílias mais vulneráveis.